

Comércio de colonos: uma atividade lucrativa no Império do Brasil

The Trade in Settlers: A Profitable Business in the Empire of Brazil

Marina Simões Galvanese*

Resenha do livro: MELÉNDEZ, José Juan Pérez. *Peopling for profit in Imperial Brazil: directed migrations and the business of nineteenth-century colonization*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2024.

Palavras-chave: imigração; companhias de colonização; século XIX.

Keywords: immigration; colonization companies; 19th century.

EM UM ANO em que o mundo assistia com apreensão ao apoio de magnatas de grandes empresas de tecnologia a Donald Trump e à influência de sua vitória eleitoral nas decisões das *big techs*, a editora Cambridge publicou *Peopling for profit in Imperial Brazil: directed migrations and the business of nineteenth-century colonization*, de José Juan Pérez Meléndez, que enfatiza o “poder das empresas em acontecimentos históricos” (p. 23). Para o autor, as companhias devem ser objeto da análise historiográfica, visto que reúnem mais poder do que qualquer indivíduo isolado. Diferentemente da *Meta* e do *X*, as companhias estudadas por Meléndez se formaram no século XIX e operavam no que o autor denomina de mercado de colonos (*colonos trade*) nos anos do Brasil imperial. Lá, como agora, interesses de empresários misturavam-se com os desígnios de membros importantes da elite governamental que, não raro, eram acionistas de empresas privadas e acumulavam cargos públicos e postos empresariais. Essa confluência de interesses e sobreposição de funções garantiu o capital político necessário à ampliação do capital social e, sobretudo, econômico aos indivíduos envolvidos com a colonização, tema relevante nos tempos do Império.

* Marina Simões Galvanese possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2021) e, atualmente, realiza pesquisa de pós-doutorado na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp - processo nº 2022/09657-1). E-mail: marina.galvanese@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5592-6554>.

Ao colocar no centro da análise os empresários e políticos que atuaram no mercado de colonos e viabilizaram o transporte de migrantes entre regiões distantes do planeta, *Peopling for Profit* segue o caminho adotado em outros estudos sobre os deslocamentos globais oitocentistas, especialmente os que se dedicam às realocações de trabalhadores dentro e para o Império britânico e às migrações engajadas rumo à América.¹ No Brasil, Paulo Gonçalves (2012), Maíra Vendrame e Alexandre Karsburg (2024) dedicaram suas pesquisas à trajetória dos sujeitos que viram no transporte de imigrantes uma oportunidade de negócio.² Meléndez defende a existência de uma ‘política da colonização’, que conjugou interesses econômicos de empresários e políticos atuantes no mercado de colonos e as necessidades governamentais. Conforme demonstrado pelo autor, o tema da colonização englobava os esforços para povoar e defender o território, gerir as populações nativas e atrair trabalhadores. Por isso, o *lobby* dos comerciantes de colonos fomentou reflexões sobre o funcionamento e a arquitetura do Estado, a legislação comercial e laboral e a política de terras.

Resultado de uma pesquisa de fôlego em arquivos geograficamente dispersos, *Peopling for profit* amplia as balizas cronológicas, revê, retoma e aprofunda fatos e argumentos discutidos na tese de doutorado do autor, defendida em 2016 na Universidade de Chicago. Com o alargamento cronológico, o autor pôde acompanhar a curva de aprendizagem que preparou o país para a imigração em massa do fim do XIX e início do XX.

A obra lança um olhar inédito a um tema já consagrado da historiografia brasileira. Não são desconhecidas as tentativas de povoamento do Brasil no Período Joanino e no Primeiro Reinado. Tampouco o são as medidas adotadas no período regencial que contribuíram para o posterior incremento do ingresso de estrangeiros no país. Mais célebres são as conexões entre a Lei de Terras, a Lei Eusébio de Queirós e o adensamento da entrada de imigrantes europeus. Já foram também examinados os incentivos aos deslocamentos populacionais massivos de europeus no fim do Império e início da República.³

1 Ver: BIRCHALL, Matthew. **Company Colonisation and the Settler Revolution (1820-1840)**. 2021. Tese (Doutorado em Filosofia) – Cambridge University, 2021. GINÉS-BLASI, Mônica. The ‘Coolie Trade’ via Southeast Asia: exporting Chinese indentured labourers to Cuba through Spanish Philippines. In: EKAME, Kate; HELLMAN, Lisa; ROSSUM, Matthias van (ed.). **Slavery and bondage in Asia 1550-1850**: towards a global history of coerced labour. Berlin; Boston: De Gruyter, 2022. p. 97-118. LOOK LAI, Walton. **The Chinese in the West Indies 1806-1995**: a documentary history. Kingstone: The Press University of the West Indies, 1998.

2 GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços**: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo. São Paulo: Alameda, 2012. VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre de Oliveira. O negócio das migrações: empresários, agentes e colonização no Brasil do século XIX. **Topoi**, n. 25, p. 1-24, 2024.

3 A título de exemplo: RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Faperj; Relume Dumará, 2002. p. 151-167. BROWNE, George P. Política imigratória no Brasil Regência. **Revista do IHGB**, vol. 307, p. 37-48, 1975. MARRETTO, Rodrigo Marins. **A escravidão velada**: senhores e escravos na formação da vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1850). COSTA, Emília Viotti da. Colônias de parceria na lavoura de café. In: COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977. p. 149-178. COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. HALL, Michael M. **Origins of mass migration in Brazil, 1871-1914**. 1969. Tese (Doutorado) – Columbia University. Nova York, 1969. GONÇALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle de mão de obra para a economia agroexportadora oitocentista. **Almanack**, n. 17, p. 307-361, 2017.

Meléndez reúne esses momentos em uma narrativa que supera a distinção entre as iniciativas colonizadoras da primeira metade do oitocentos e aquelas iniciadas às vésperas da proibição definitiva do tráfico, com a instalação, em 1847, da primeira colônia de parceria na Fazenda Ibicaba de Nicolau Vergueiro. Na cronologia adotada por Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Sérgio Buarque de Holanda, bastante consolidada na historiografia, o fim do tráfico e a experiência com as colônias de parceria marcariam a separação entre a colonização que visava povoar e defender o território daquela preocupada em evitar o colapso da lavoura no país.⁴ *Peopling for profit* recusa essa diferenciação, rejeita o “entendimento mecanicista” que associa a imigração à transição laboral – desencadeada pelas transformações vividas pelo Império em 1850 e aprofundada a partir da Lei do Ventre Livre – e questiona a generalização do caso paulista ao restante do Império (p. 6-7).⁵

Ao desvincular os esforços em prol da imigração do processo de substituição de mão de obra ao qual a historiografia os submeteu, o autor reforça o primeiro dos três argumentos centrais do livro, quais sejam: (i) as migrações modernas para o Brasil se iniciaram antes do fim do tráfico de escravizados; (ii) entre o início e meados do século XIX, a imigração se tornou um negócio impulsionado por empresas privadas que atrelavam a busca pelo lucro à solução de desafios enfrentados pelos governos imperiais, que incluíam a questão da mão de obra, mas não se restringiam a ela; (iii) diversidade de assuntos à rubrica da colonização conferiu ganhos pessoais a empresários e membros da elite política que a incentivaram.

Os argumentos elencados indicam os atores e sujeitos colocados no centro da análise, assim resumidos na introdução: “estadistas, empresários, agentes, cientistas e intelectuais que orquestraram as migrações e, ao fazê-lo, as transformaram em um empreendimento lucrativo, com impactos significativos na formação do governo e na sociedade brasileira como um todo” (p. 20). Portanto, o foco da obra recai sobre os formuladores das políticas migratórias e os intermediários, que atuavam como ponto de contato entre as estruturas do capitalismo em expansão – favoráveis ao deslocamento global de trabalhadores no oitocentos – e o desejo dos indivíduos migrantes. Os últimos são secundarizados na obra, que pouco contribui para o conhecimento de suas motivações e agência. Mesmo as referências ao número de indivíduos introduzidos no país no âmbito das várias experiências examinadas se perdem em meio à análise dos resultados atingidos (que, quantitativamente, ficavam quase sempre aquém dos objetivos prometidos). A compilação desses números em

⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976 [1945]. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1959]. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio do Tradutor. In: DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1941. p. 5-35.

⁵ Meléndez dialoga sobretudo com Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, mas outros estudiosos deram continuidade à cronologia estabelecida por esses autores e associaram a busca por imigrantes à abolição do tráfico e às leis emancipacionistas, como: GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986. LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Da escravidão ao trabalho livre (1550-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

uma ou mais tabelas facilitaria a visualização do volume de entradas e a compreensão do impacto demográfico dos esforços promovidos pelos atores estudados.

Para além da introdução e conclusão, *Peopling for Profit* conta com quatro partes e nove capítulos que conectam agentes estatais a homens de negócios de diversas regiões envolvidos no que viria a ser o mercado de colonos. A parte um (*Colonization's Statecraft*) abrange o Período Joanino e o Primeiro Reinado, aborda o início das conexões entre empresários e governantes e demonstra como a colonização permeou os debates sobre a organização do país recém-independente. No primeiro capítulo, Meléndez argumenta que o povoamento se transformou em uma empresa moderna e potencialmente lucrativa após o Congresso de Viena, quando representantes portugueses abriram o Brasil a atores privados de países da Santa Aliança, que fizeram do transporte e da alocação de colonos um empreendimento especulativo. No capítulo dois, o autor observa a formação, na Europa, de uma rede de recrutamento de mercenários para garantir a defesa do Brasil e demonstra como o empenho do executivo na matéria acirrou os ânimos com o legislativo, inviabilizando um aparato legal para regulamentar a colonização.

Na parte dois (*Colonization Companies and the Colono Trade*), Meléndez mostra que, apesar das desconfianças em torno da colonização promovida por D. Pedro I, o interesse pelo tema persistiu e cresceu. O capítulo três aborda o período das regências e evidencia que o mercado de colonos ganhou forma nesse momento de experimentação política, quando surgiram duas companhias privadas de colonização, sendo uma na Bahia e outra no Rio de Janeiro, que contaram com figuras proeminentes da elite política do país, como Miguel Calmon e Pedro Araújo Lima, respectivamente. Conforme demonstrado pelo autor, as companhias fundadas na Bahia e no Rio de Janeiro, apesar de efêmeras, forneceram um aprendizado valioso, posteriormente aproveitado. A análise inédita dos objetivos almejados e dos resultados alcançados por essas companhias, bem como o exame meticoloso de seus acionistas e suas relações com o governo, são dignos de nota e lançam por terra o pioneirismo correntemente atribuído a Vergueiro e aos fazendeiros paulistas na introdução de imigrantes.

Ainda no capítulo três, Meléndez argumenta que a atuação simultânea de companhias colonizadoras e traficantes de escravizados enfraquece a ideia – apregoada na época por defensores do mercado de colonos – de que os imigrantes vinham para substituir os escravizados. Embora reconheça que as fontes existentes não permitem afirmar o envolvimento direto de traficantes de escravizados no transporte de imigrantes, o autor levanta a hipótese de que a atuação no mercado de colonos foi um dos estratagemas a que recorreram os contrabandistas para se esquivar das punições previstas na lei de 7 de novembro de 1831. Complexificando ainda mais a relação entre colonização e tráfico, Meléndez argumenta que os açorianos, principal grupo de imigrantes que ingressou no Brasil enquanto perdurou o tráfico na ilegalidade, evitaram o trabalho rural, permaneceram nas cidades e não substituíram os escravizados, mas trabalharam ao lado deles.

O capítulo 4 demonstra como a colonização se tornou uma marca importante do Segundo Reinado a partir da análise da atuação de três indivíduos: Pedro Araújo Lima, que se empenhou em modernizar os protocolos referentes à colonização no Conselho de Estado; Miguel Calmon du Pin e Almeida, que em uma missão diplomática à Europa negociou com a Prússia e abriu caminho para novos fluxos migratórios; e Aureliano de Sousa Coutinho, que mobilizou esforços para construir uma colônia modelo, Petrópolis. A tríade criou condições para a atuação de companhias colonizadoras, além de organizar ferramentas para impulsionar e fiscalizar o mercado de colonos.

No capítulo seguinte, Meléndez contesta a ideia de que, findo o tráfico em 1850, o governo imperial, controlado pela elite cafeicultora, promoveu a imigração europeia e deu início à transição laboral e à substituição do trabalho cativo pelo livre. O autor aborda, de forma original, algumas experiências colonizadoras levadas adiante por fazendeiros paulistas e cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense, mas afirma que os governantes nem sempre priorizaram os interesses dos fazendeiros do Rio de Janeiro e de São Paulo, visto que a colonização não se restringia ao problema da mão de obra. Assim, o autor demonstra que no contexto dos conflitos platinos, o governo instalou um escritório em Hamburgo para recrutar soldados e disseminou colônias militares pelo território. Além disso, Meléndez observa que em diferentes províncias formaram-se inúmeras companhias com planos de atração de imigrantes. Segundo o autor, esses projetos, além de evidenciarem o caráter multifacetado dos objetivos perseguidos pelas companhias, foram priorizados em detrimento daqueles patrocinados pela elite cafeeira. O resultado teria sido não a substituição dos escravizados, mas a perenidade do sistema escravista.

A parte três (*Disentangling companies and state*) trata de companhias colonizadoras estabelecidas na segunda metade do XIX, enfatizando suas conexões com membros do governo. O capítulo seis é dedicado à Companhia Mucury e à Associação Central de Colonização (ACC). Araújo Lima reaparece como personagem relevante, agora como o primeiro-ministro que, forçado a defender os empresários brasileiros das denúncias internacionais de maus-tratos a imigrantes no Brasil, aperfeiçoou a regulamentação estatal sobre as companhias. Por meio da análise da política colonizadora adotada, o capítulo ilumina o gabinete de Olinda, responsável por consolidar as “atribuições de fiscalização do governo brasileiro sobre as companhias de colonização” (p. 189), e sublinha os limites da política de conciliação ao demonstrar que, quando forçado a escolher, Olinda favoreceu a ACC e preteriu a companhia do Mucury, do liberal Teófilo Ottoni.

No capítulo sete, Meléndez discute a tese de que o branqueamento foi a força motriz da busca por imigrantes.⁶ Para o autor, essa preocupação vigorou por um curto período, no

⁶ O autor dialoga sobretudo com: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; e SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Trad. Raúl de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

início da República. Antes disso, a escolha por grupos específicos de imigrantes pautara-se pelas oportunidades viáveis e lucrativas aos comerciantes de colonos. Foi o caso do incentivo à imigração polonesa na sequência da supressão russa à revolta de janeiro de 1863, dos esforços para atrair confederados após a guerra civil americana e do estímulo dado a colonos na Argélia para seguirem para o Brasil após as catástrofes naturais que assolaram Orã. Atento à geopolítica internacional, Meléndez coloca a colonização na encruzilhada de acontecimentos externos e interesses internos.

O capítulo oito trata dos debates sobre a imigração de *coolies* após a aprovação da Lei do Ventre Livre. Enquanto alguns viam os chineses como potenciais substitutos dos escravizados, outros os consideravam inadequados ao Brasil. O racismo e a xenofobia não teriam, contudo, inviabilizado os planos de atração de trabalhadores da China.⁷ Para Meléndez, outros obstáculos foram mais relevantes, como: as restrições à saída de chineses na sequência de abusos sofridos nos países de destino, a falta de acordos diplomáticos com a China, a ausência de subsídios governamentais e o *lobby* dos fazendeiros por uma nova linha de crédito em detrimento de apoio a essa imigração.

Na quarta parte (*At the doorstep of mass migrations*), composta pelo capítulo nove, o autor aborda o período da imigração em massa, mostrando como as experiências colonizadoras prévias embasaram propostas adotadas pela República e prepararam o país para receber e alocar milhares de imigrantes nas primeiras décadas do século XX.

O livro logrou reunir em uma única obra diferentes esforços de colonização e atração de imigrantes promovidos por variados atores e companhias, além de fornecer um novo olhar e uma perspectiva inovadora para um tema relevante da história do Império. Por essas razões, o debate historiográfico brasileiro em muito se beneficiará com a pronta tradução e publicação da obra no Brasil. No mais, conforme sugerido pelo autor, ao iluminar as motivações econômicas das companhias que fizeram do imigrante uma mercadoria e as benesses a elas concedidas por governantes, a obra contribui para matizar o mito do imigrante destemido, pioneiro e industrial, cujo enriquecimento fora fruto do esforço individual, ainda muito difundido no Brasil.

Alguns comentários, contudo, precisam ser feitos, sobretudo quanto ao papel secundário assumido pela questão laboral na obra. Preso à crítica do paradigma da transição e da substituição do trabalho cativo pelo livre, o autor subestima o impacto do problema da mão de obra no impulso à colonização, sobretudo da década de 1830 em diante, e não persegue aquele que é talvez o mais interessante caminho analítico por ele proposto: a sugestão de que a colonização contribuiu para a perenidade, e não para a superação, do sistema escravista. Preocupado em demonstrar que os receios de uma possível carência de trabalhadores foram menos determinantes na imigração do que supõe

⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da vida privada no Brasil**, vol. 2 – Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 291-336.

a historiografia, Meléndez dá pouca atenção às pressões britânicas pelo fim do tráfico e à lei de 7 de novembro de 1831 e não as considera como fatores relevantes para a formação do mercado de colonos.

A obra contribui com a historiografia ao ressaltar que a imigração recebeu incentivos de membros da elite política e econômica do Império antes do fim definitivo do tráfico e ao demonstrar que a introdução ilegal de africanos escravizados coincidiu com o transporte de imigrantes – e que, portanto, a ideia de substituição é problemática. No entanto, dá pouca importância às incertezas e preocupações provocadas pela iminência do fim do tráfico, evidentes no debate da lei dos contratos de 1830 (muito brevemente mencionada na obra). A lei, que resultou de um projeto apresentado por Vergueiro, em 1829, regulamentou um sistema de contratação de imigrantes despossuídos e procurou fornecer garantia jurídica àqueles que empregassem esses indivíduos, viabilizando o modelo de negócio adotado pelas companhias colonizadoras.⁸ Essas, importar lembrar, se formaram antes da chegada dos regressistas ao poder e do início da política do contrabando, ou seja, em um momento de dúvidas e incertezas quanto ao futuro do tráfico.

O fato de empresários e políticos envolvidos no mercado de colonos buscarem atingir finalidades diversas, que não a substituição do trabalho cativo, não significa que o problema laboral fosse de menor importância. Companhias como a ACC indubitavelmente visavam atender à demanda por trabalhadores que assumissem atividades urbanas antes executadas por escravizados – realocados na lavoura após a interrupção definitiva do tráfico – ou que se dedicassem à produção de alimentos e, eventualmente, complementassem o trabalho cativo nas fazendas. A atenção à questão laboral é, portanto, incontornável para a análise das complexas relações entre escravidão e colonização e das formas como se articularam, no Império, a política da colonização e a política da escravidão. Em suma, se as mudanças de 1850 não provocaram a substituição dos cativos por europeus ou asiáticos, elas certamente foram mais relevantes para movimentar o mercado de colonos do que sugere o autor.

Quanto à revisão proposta pela obra, outros dois pontos merecem atenção. O primeiro é o argumento de que o Estado imperial não estava à mercê dos grandes cafeicultores, visto que nem sempre os governantes acataram os planos imigratórios de fazendeiros, como Vergueiro. Aqui, o autor homogeneiza as elites cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista e desconsidera as abordagens conflitantes desses grupos sobre a imigração, apontadas pela historiografia.⁹ O segundo, refere-se à problematização da tese de que o branqueamento foi uma importante força motriz do incentivo à imigração.

O autor demonstra que os interesses daqueles que atuavam no mercado de colonos se sobrepuseram às preocupações raciais, no caso, por exemplo, da imigração asiática. No

⁸ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Leis para os que se irão buscar – imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. *História: questões e debates*, n. 56, p. 63-85, jan./jun. 2012.

⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2017 [1997]. PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

entanto, ao recorrer ao curto período de vigência da Lei Glicério (1891) para questionar a tese da política de branqueamento, Meléndez é menos convincente. Segundo o autor, a lei que estabeleceu que nativos da Ásia e da África só poderiam ingressar no Brasil mediante autorização do Congresso “não tinha precedente estatutário”, visto que as leis proibitivas do tráfico (de 1831 e 1850) “proibiram a importação de africanos escravizados” (p. 305).

Assim o autor desconsiderou tanto o artigo 7º da lei de 1831, que interditou o desembarque de libertos africanos nos portos do Brasil, quanto a interpretação do artigo adotada por Eusébio de Queirós, que estendeu a interdição a pessoas negras, livres ou libertas.¹⁰ Ao se apegar à letra fria da lei, Meléndez relativizou as inúmeras vezes que membros da elite política e econômica brasileira explicitaram a preferência por trabalhadores brancos e desconsiderou a força da escravidão na hierarquização racial dos indivíduos, ainda que não amparada por textos legais, conforme bem demonstrou Sidney Chalhoub.

Essas considerações em nada diminuem o valor da obra, referência incontornável nos estudos sobre imigração e colonização no Império do Brasil de agora em diante. *Peopling for Profit* certamente incentivará novos estudos sobre os esforços colonizadores do período imperial e sobre os inúmeros intermediários envolvidos no transporte e alocação de trabalhadores, como membros da elite política, empresários, agentes, capitães e consignatários de navios.

Recebido: 28/02/2025

Aprovado: 31/03/2025

¹⁰ CHALHOUR, Sidney. **A força da escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 215.